

**ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e um minutos sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro a justificativa da ausência do deputado Renato Câmara na sessão de hoje, conforme a CI - 0043/2024, que se encontra em agenda externa com o governador Eduardo Riedel, na Expogrande 2024, representando a Assembleia Legislativa. Registro também a justificativa de ausência do deputado Junior Mochi também na sessão de hoje, conforme CI 027/2024, que se encontra em agenda externa em Coxim, para prestigiar o aniversário daquele município. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta da Vigésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 123, 148, 159 e 178/2024, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 3.096/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 2.827/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 406/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Caravina, Pedro Kemp, Zeca do PT, Antonio Vaz e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Professor Rinaldo e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 264/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 33/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 30/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 44/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp,*

endereçada aos familiares de Amarílio Ferreira Júnior; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Jessifer Auxiliadora Benevides; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Fundação Nova-Andradinense de Cultura, na pessoa de sua diretora-presidente, senhora Ana Lúcia Vasconcelos, por planejar e implementar o "Espaço Sensorial do Autista", ambiente projetado para proporcionar interação e bem-estar de crianças autistas, mediante estímulos sensoriais adequados e positivos; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Fernando da Silva Souza Júnior, pela posse como procurador de justiça do estado do Pará no dia 4 de abril de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à senhora Marina Hojaij Carvalho Dobashi, por ter assumido o cargo de coordenadora da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul. A deputada Gleice Jane manifestou seu voto contrário ao requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao Conselho Federal de Medicina; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 4 de junho de 2024, das 13h às 18h, para a realização do II Seminário Estadual do Leite; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando o uso da tribuna para que a senhora Luiza Ribeiro, vereadora pelo município de Campo Grande-MS, possa discorrer sobre os desafios enfrentados por mulheres ocupantes de espaços de poder e sobre o combate à misoginia; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Zeca do PT e Neno Razuk; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Renato Câmara, Lidio Lopes, Jamilson Name, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Caravina e Antonio Vaz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de abril do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de abril de 2024: Ofício nº 22841/2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. 504/2024); Ofício nº 358/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 153/2024); Ofício nº 369/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 539/2024); Ofício nº 2.804/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 576/2024); Ofício nº

973/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 127/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura de uma indicação aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a revitalização, limpeza e urbanização da Praça Central do bairro Jardim Zé Pereira, em Campo Grande. A Praça Central do bairro Zé Pereira encontra-se precisando de diversos reparos, como limpeza da vegetação e poda das árvores. De acordo com os moradores, há um sumidouro aberto no local, propiciando acidentes, principalmente com crianças. Essa é uma reivindicação urgente dos representantes dos moradores do bairro. Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pelas redes sociais. Senhor presidente, eu trago um único requerimento hoje. Ficamos todos consternados com esse acidente da BR-163 que vitimou seis pessoas; hoje inclusive fui questionado numa rádio sobre isso. Esta Casa provocou uma discussão com a ANTT [*Agência Nacional de Transportes Terrestres*], com a CCR MSVia, houve aquela situação da repactuação do projeto com a própria CCR, o que seria mais vantajoso que fazer nova licitação... Mas isso está andando a passo de tartaruga. Diante disso estou requerendo à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja expedido expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas das União, Ministro Bruno Dantas, com cópia ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), senhor Rafael Vitale Rodrigues, e ao vice-presidente de Negócios e responsável pela CCR, senhor Eduardo Siqueira Moraes Camargo, solicitando os seguintes esclarecimentos acerca da autorização de repactuação da concessão da rodovia BR-163: em qual fase se encontra o processo de repactuação do contrato de concessão entre a ANTT e a empresa CCR MSVia? Qual a previsão da retomada das obras de duplicação e de construção de terceiras faixas da via e qual a previsão de conclusão? Isso está se estendendo há muito tempo, o pedágio continua sendo cobrado, caro! e os acidentes com vítimas fatais continuam acontecendo. A "rodovia da morte" tem poucos trechos com terceira faixa; duplicação: praticamente nada; é uma rodovia com muito movimento, muito já se discutiu a questão, mas as coisas seguem incertas, não há prazos... Houve uma aprovação do TCU, e aí foi aberto novo prazo (120 dias, pelo que ouvi) para que um novo contrato fosse assinado, para que houvesse uma previsão do início das obras —

mas nada acontece. Acho que devemos nos aprofundar novamente nesse assunto, a coisa só andou um pouco depois que esta Casa se movimentou, chamou a atenção para a situação; mas pelo jeito a coisa está novamente em passos de tartaruga. Faço então esse requerimento e peço o apoio dos colegas nessa pauta tão importante, que é a questão da BR-163.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu gostaria de assinar com Vossa Excelência... Pela ordem.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Senhor presidente, pela ordem.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Desculpe: a deputada Mara tem preferência.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Eu também gostaria de assinar com Vossa Excelência, deputado Caravina, pois é inadmissível o que está acontecendo na BR-163. Precisamos mais uma vez nos unir nesta Casa para cobrar respostas, saber como está a repactuação...

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — De forma mais precisa, não, deputada?

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Sim, de uma forma mais rápida, mais ágil. Precisamos de uma resposta. Gostaria então de assinar com Vossa Excelência.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado. Com certeza. Importante a participação de todos os parlamentares.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Pela ordem, deputado Caravina.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu pedi pela ordem deputado também...

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Pois não, deputado Paulo. Na sequência gostaria também de falar.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu sei que é meio estranho pedir *pela ordem* a Vossa Excelência, que está fazendo uma indicação... Gostaria de lembrar que o nosso presidente nomeou uma comissão específica para a BR-163, chefiada, deputado Caravina, por um engenheiro de estradas, que é o nosso Roberto Hashioka, o qual nos disse numa reunião com o presidente, de prestação de contas dos encaminhamentos, que estava para ser feito com o Tribunal de Contas da União um reenquadramento para que a própria CCR pudesse fazer os acertos necessários em função do novo tráfego definido da rodovia. O que aconteceu é inadmissível, é importante o requerimento de Vossa Excelência, gostaria assinar também, mas há uma comissão na Casa, então, se pudermos valorizar nossa comissão, melhor.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Obrigado, deputado, é que eu não estava na época da comissão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu sugiro que o requerimento saia em nome da Casa e que marquemos uma reunião com a comissão para ver em que pé está o caso.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Ótimo, presidente.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Era justamente isso que ia sugerir, presidente, deputado Caravina. Alguns podem achar que estamos preocupados só agora, depois desse acidente. Mas não. Faz dez anos que estamos batendo nessa tecla. Há pouco conversava com o deputado Pedro Kemp lembrando de quantas audiências públicas nós não fizemos aqui! Para ganhar a licitação, a CCR mergulhou no preço, depois, vendo que não dava conta do recado, lançou mão do argumento da alta do dólar para dizer que não tinha condições de executar o projeto — e nessa brincadeira quantas pessoas não perderam a vida na 163! Eu tenho certeza, deputado Caravina, que acidentes como esse de ontem, que ceifou a vida de seis pessoas, que chocou a todos nós, jamais aconteceriam se a rodovia já estivesse duplicada. Gostaria, portanto, de assinar o requerimento com Vossa Excelência... O deputado Paulo Corrêa lembrou bem da comissão... Mas parabéns pela iniciativa, deputado Caravina. E que Deus dê força, nesse momento de dor e de saudade, às famílias pela perda dos seus entes queridos.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Agradeço, deputado Rinaldo. É importante mesmo a participação da comissão, mas é que eu não estava na Casa quando foi criada a comissão, estava no governo, e chegou a notícia da indefinição do TCU quanto à autorização da repactuação do contrato. Então acho importante termos essa informação mais precisa, e com urgência. Como quer que seja, concordo, presidente, que a comissão se envolva nisso, afinal foi criada para esse fim. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, aos que se fazem presentes e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Eu tenho uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos militares da Capitania Fluvial do Pantanal, organização militar subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, por meio da Agência Escola Flutuante Esperança do Pantanal e de suas embarcações orgânicas, que receberam uma comitiva de agentes do movimento União BR, liderada por Marcos Rocha Martins Silva da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Subsecretaria-Geral da Presidência da República, com a missão de convergir esforços e recursos em prol das comunidades ribeirinhas que foram prejudicadas com os incêndios florestais no Bioma Pantaneiro e seu entorno. Após



aprovada, a moção poderá ser assim redigida. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, congratula-se com satisfação e orgulho, por meio de proposição formulada pela deputada Mara Caseiro, com os militares da Capitania Fluvial do Pantanal, organização militar subordinada ao Comando do 6º Distrito naval da Marinha do Brasil, por meio da Agência Escola Flutuante Esperança do Pantanal e de suas embarcações orgânicas, que recebeu uma comitiva de agentes do movimento União BR, liderada por Marcos Rocha Martins Silva, da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Subsecretaria-Geral Presidência da República, por terem atuado na ajuda aos ribeirinhos após os incêndios florestais. A operação navegou pelo rio Paraguai até localidades isoladas, levando acolhimento e alimentos não perecíveis para centenas de famílias ribeirinhas. Essa missão cumpriu com o objetivo de desenvolvimento sustentável nº 2 da Agenda 2030 da ONU, a qual preconiza garantir o acesso de toda população, especialmente das mais pobres e vulneráveis, inclusive dos latentes, a uma alimentação nutritiva, saudável e suficiente, de forma a garantir a erradicação de todas as formas de desnutrição. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em suas três dimensões, social, ambiental e econômica, é prioridade absoluta do governo brasileiro, em especial o objetivo da erradicação da pobreza no país. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Subsecretaria da Presidência da República, assinala que o Brasil tem historicamente desempenhado um papel de liderança na agenda multilateral de desenvolvimento sustentável, acrescentando que isso resulta de um esforço coletivo de nossa vibrante democracia, vide o empenho nesse sentido de órgãos governamentais (ministérios, etc.), organizações da sociedade civil e demais partes interessadas, em todos os níveis. Reconhecer esse ato é enaltecer as Forças Armadas que atuam em nosso estado, justo o que ora faz a Assembleia Legislativa, ao apresentar a presente moção de congratulação. É o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor Presidente, primeiro, é com enorme orgulho que anuncio e registro nos anais da Casa que ontem Sua Excelência o presidente da República lançou mais uma etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, totalizando 11,6 bilhões de reais para a construção de 112 mil casas para a população de baixa renda (semana que vem o presidente deve lançar outro programa, Pedro Kemp, também de moradia, este para a chamada classe média). Vale registrar que desse total do programa nesta etapa, duas mil casas serão destinadas a Mato Grosso do Sul. É um orgulho, repito, anunciar aos nobres pares essa iniciativa do nosso presidente da República. Em segundo lugar, senhor presidente, gostaria de registrar que amanhã o presidente Lula estará aqui, chega em torno das nove, nove e meia; vai até a unidade do Grupo JBS na saída para Sidrolândia. Vem aqui para simbolicamente fazer o primeiro embarque para a China, para o mercado asiático, da carne produzida aqui no Mato Grosso do Sul (são quatro frigoríficos, sendo três da JBS...). Este é um governo

que pensa no desenvolvimento econômico, na geração de emprego. E me orgulha ainda mais, senhor presidente, senhores deputados, o fato de aquela unidade da JBS ter sido construída no nosso governo, quando Paulo Duarte era o nosso secretário de Fazenda (lembra, Paulo?); unidade que hoje emprega em torno de 2.500 trabalhadores, unidade que se somou a inúmeros outros empreendimentos. Amanhã, Deus queira, se tiver a oportunidade de fazer um pronunciamento, vou lembrar ao presidente Lula que lá nos idos de dois mil e poucos fui até seu gabinete em Brasília, como governador, pedir seu apoio. Ele então designou um funcionário do alto escalão do ministro Furlan [*Luiz Fernando Furlan*], da Indústria e Comércio, para me acompanhar aos Estados Unidos, na Carolina do Sul, meu querido Paulo Duarte; e de lá trouxemos a primeira indústria de papel e celulose, Neno Razuk, da International Paper, que resultou, Mara Caseiro, no maior polo de produção de papel e celulose do Brasil, na chamada costa leste do estado. Amanhã eu pessoalmente — como coordenador da frente parlamentar da Bioceânica — vou convidar o presidente Lula a vir até a nossa vetusta Porto Murtinho, Neno Razuk, meu querido Rinaldo, meu bom pastor, para ver de perto os investimentos que estão sendo feitos lá para a construção da ponte sobre o rio Paraguai e para o asfaltamento de todo o Chaco paraguaio, o que nos vai permitir chegar aos portos do Pacífico de Iquique e de Antofagasta, encurtando em 7.500 quilômetros a distância para o mercado asiático, tornando-nos, por conseguinte, altamente competitivos no mercado internacional. Então, senhor presidente, é com esse júbilo, com essa alegria, é com essa satisfação que anuncio a presença, amanhã, do presidente Lula para fazer o primeiro embarque da nossa carne para o mercado asiático. Ele gravou uma matéria hoje dizendo que quer embarcar a primeira picanha do Mato Grosso do Sul para a China com o carimbo "Lula Presidente". Feito isso, senhor presidente, apresento dois requerimentos... Estava prevista para amanhã, senhor presidente, uma reunião importante com a presença de representantes de 35 municípios, com a presença de dirigentes da Funai e da Agraer, para orientar as lideranças indígenas, Pedro Kemp, a como proceder para solicitar a inscrição estadual, requisito para que essas comunidades possam ser contempladas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nosso governo (incluo-me, afinal estamos participando dele), do governador Eduardo Riedel, tem incentivado as comunidades indígenas, Paulo Duarte, a produzir. E, como produzem, nosso pessoal da Agraer foi a Brasília e conseguiu cinco milhões. As aldeias produzem, Mara Caseiro, esses produtos através do PAA são comprados e distribuídos nas escolas das crianças indígenas. Mas eis que de repente, a reunião foi suspensa. Perguntei ao secretário de Fazenda por que razão suspenderam; ele não sabe, mas a ordem partiu de lá. Estou entrando com esse requerimento dirigido ao secretário de estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck, solicitando com urgência, sob as penas da lei, que seja esclarecido por quais razões foi cancelada a reunião que deveria ocorrer nesta sexta-feira, dia 12, amanhã, entre a Semadesc, a Agraer, representantes de 35 municípios e a Funai, que trataria da inscrição estadual na Secretaria de Fazenda, para que as comunidades indígenas possam ser contempladas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Estranho! Muito estranho!... Segundo requerimento, senhor presidente, também dirigido ao

governador Eduardo Riedel e ao secretário Jaime Verruck, solicitando, com urgência, a seguinte informação: qual a previsão para o governo do estado, através da Semadesc, colocar em prática a implantação do selo de qualidade dos produtos artesanais e da agricultura familiar? O governador Eduardo Riedel, meu caro Hashioka, tem incentivado o processo de produção da agricultura familiar neste estado. Mas ocorre que os pequenos agricultores assentados produzem o queijo, o frango caipira, e quando vão para a cidade a lagro está lá para pegar e jogar no lixo. Quando eu era governador do estado, Pedro e Paulo lembram, nós criamos o selo chamado Prove Pantanal. Esse selo está engavetado lá na secretaria do senhor Jaime Verruck, quando o estatuto da Agraer diz que isso deve ficar sob os cuidados dela. Estou então perguntando: por que isto não foi encaminhado para a Agraer, para criarmos um selo de qualidade para os produtos da agricultura familiar? São esses dois requerimentos, senhor presidente, que encaminho. E mais uma vez anuncio, com muito orgulho, a quem nos assiste, a quem nos ouve, a quem nos vê, aos nossos pares, que amanhã teremos Lula anunciando investimentos, abrindo o mercado chinês, Paulo Corrêa, meu querido amigo, para que cada vez mais os produtores rurais possam colocar sua carne de qualidade no mercado asiático, ganhando dinheiro e gerando emprego no estado. Aproveito para convidar Vossas Excelências, convidar Mara, convidar Marcio Fernandes, convidar Caravina, convidar Neno Razuk, convidar Coronel David, convidar Hashioka, convidar meu bom pastor, convidar Rinaldo, convidar Paulo e Pedro, mais o outro Paulo, para o nosso evento. Ontem me perguntaram: "Mas você vai estar na mesa?!"... Ia, mas não vou mais: eu faço questão que esteja na mesa, ao lado do nosso presidente, o meu presidente da Assembleia Legislativa. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado pela deferência, deputado Zeca. Muito importante acelerar esse processo da Bioceânica, para a carne ir pelo Pacífico. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros colegas, senhoras e senhores que nos assistem pela Rádio e TV Assembleia. Tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a instalação de *guardrail* na MS-134, próximo ao córrego Esperança, no trecho entre os municípios Nova Andradina e Batayporã. Trata-se de uma reivindicação enviada ao meu gabinete pelo vereador Diego Ricardo da Costa Vieira, do município de Batayporã. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente. Agradeço ao Zeca do PT pela picanha que vai chegar agora para o sul-mato-



grossense: eh, coisa boa!... Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de Turismo, Esporte e Cultura, solicitando o empenho no sentido de viabilizar recursos para a construção de uma praça na Vila Triângulo, no município de Jaraguari. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Francisco Igor Delmondes Souza. Uma praça é mais do que apenas um espaço físico, é um ponto de encontro, convívio e lazer para a comunidade. Ela proporciona inúmeros benefícios, tanto para o indivíduo como para a coletividade. No contexto atual, em que o bem-estar e o desenvolvimento são essenciais, a presença de uma praça se torna ainda mais crucial. Outra indicação, esta ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, solicitando a pavimentação da MS-483, rodovia Macedo de Jesus, no município de Paranaíba. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela senhora Valcira. A MS-483 desempenha um papel vital na conectividade regional, facilitando o transporte de mercadorias, o deslocamento de residentes locais e o desenvolvimento econômico da região. Os moradores locais, empresários e agricultores que dependem da MS-483 enfrentam desafios consideráveis devido à falta de pavimentação, como danos a veículos, aumento nos custos operacionais, o que dificulta o escoamento da produção. A terceira indicação é endereçada à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao presidente da Agetran, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando serviços de manutenção da sinalização no cruzamento das ruas Melvin Jones e Ouvidor, em frente a Associação do Bairro Caiçara. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Senhor presidente, a intervenção de um deputado que foi governador por oito anos (um grande governador!), que foi vereador, que foi deputado federal, que é o Zeca do PT, não pode ficar sem resposta, ainda mais porque ele falou de um lugar que eu conheço bem, a minha casa, a Sefaz. Assim que ele falou do cancelamento dessa reunião importantíssima, sem justificativa, eu liguei para o secretário Flávio César. O secretário — que está em Fortaleza, no Consefaz [Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda], comitê que reúne os secretários de Fazenda do país — me disse que essa reunião tinha sido marcada pela Agraer sem considerar o fato de que ele, secretário, não estaria aqui... Mas já colocou à disposição seu gabinete para remarcar essa reunião, que ele considera importantíssima — é só remarcar para uma data em que ele esteja aqui em Campo Grande. Ele então me pediu que transmitisse a Vossa Excelência essa informação. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Gentileza gera gentileza, não? Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Registramos e agradecemos a presença do senhor Antônio Bianco, vice-presidente do Sinpol, Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul; do senhor Alexandre Barbosa, o "Barbosa", presidente do

Sinpol; do senhor Jorge Soares, vereador do município de Anaurilândia; do senhor Felipe Corrêa, assessor jurídico da Fiems; do senhor Adriano de Lima Carlos, vereador do município de Japorã; do senhor Paulo Franzoni, o professor Paulinho, e do senhor Vinícius Meira, ambos vereadores do município de Japorã. Obrigado pela presença. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: quinze indicações (Prot. nºs 01111/2024, 01112/2024, 01116/2024, 01115/2024, 01114/2024, 01110/2024, 01109/2024, 01100/2024, 01108/2024, 01107/2024, 01106/2024, 01105/2024, 01104/2024, 01103/2024, 01102/2024). De autoria do deputado Coronel David: dez indicações (Prot. nºs 01083/2024, 01087/2024, 01089/2024, 01085/2024, 01088/2024, 01081/2024, 01079/2024, 01086/2024, 01084/2024, 01082/2024); um requerimento (Prot. nº 01090/2024); duas moções de congratulação (Prot. nº 01078/2024, 01080/2024). De autoria do deputado Caravina: um requerimento (Prot. nº 01113/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 01077/2024, 01076/2024, 01075/2024, 01074/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 01097/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 01094/2024, 01093/2024, 01092/2024, 01091/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01101/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01096/2024, 01095/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 01098/2024, 01099/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, gostaria de inverter o meu tempo com o meu querido amigo e colega deputado Professor Rinaldo, que quer usar a tribuna pelo tempo regimental para fazer um pronunciamento que reputamos muito importante. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pelo tempo regimental, o deputado Professor Reinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas deputados, deputada Mara, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão pela Rádio e TV Assembleia, público presente. Meus cumprimentos ao presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de MS, o Barbosa: seja muito bem-vindo. Senhor presidente, primeiro quero agradecer ao deputado Zeca pela inversão do tempo, para que possa falar um pouquinho de um assunto que na verdade se tornou recorrente aqui na Casa ao longo desses meus cinco mandatos, que é essa questão da violência contumaz contra aquela que recebeu de Deus a nobre missão de dar à luz, de cuidar da família, de dar o brilho que toda residência, todo lar tem, que é a mulher. Agora há pouco, abrindo as mídias do nosso estado, me deparo com uma notícia no Midiamax: *"Namorado tranca a porta de casa, joga gasolina e ateia fogo em corpo de mulher*. Uma mulher de 40 anos sofreu queimaduras nas pernas e braços após ter o corpo incendiado pelo namorado de 27 anos, nesta quarta-feira (10), em Água Clara, a 193 quilômetros de Campo Grande. O autor trancou a porta de casa para que a vítima não saísse. A vítima foi levada para o

hospital da cidade e contou aos policiais que era usuária de drogas, que havia comunicado ao namorado que tinha conseguido uma internação para ela tratar o vício e queria que ele fizesse o mesmo. Segundo ela, o namorado também era alcoólatra. Na madrugada de quarta, quando a vítima estava em casa, o homem a mandou embora. Ela então arrumou seus pertences para sair da residência, mas ele havia bloqueado a porta com o fogão. Quando a mulher se virou, viu que o autor estava com um balde com gasolina, que jogou nela, ateando-lhe fogo. Desesperada, ela conseguiu tirar o fogão da porta, saindo para o quintal, jogando-se no chão e rolando para que as chamas se apagassem. O namorado ficou assistindo e não a ajudou, só apagou as chamas que se alastraram para dentro da casa. — "Eu já peguei um ano, se eu pegar 15 anos por causa de você não dá nada!", ele ainda teria dito. Ao ler uma matéria dessas, deputado Caravina, Vossa Excelência que é delegado, eu fico imaginando a que ponto chegamos! Esta Casa tem agido, deputado Zeca, deputada Mara, reiteradas vezes, várias leis o governo tem implementado, através dos seus órgãos competentes, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas têm também se mobilizado, todos esses entes vêm trabalhando em torno de políticas públicas no sentido de diminuir ou mesmo erradicar esse mal da sociedade. E no entanto, em que pese o esforço conjunto de todos esses organismos trabalhando na mesma direção, a situação não dá sinais de mudar. Há uma lei de minha autoria que obriga, como tema transversal na grade curricular, o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha, para educar esses garotos. Não dá para entender, deputado Zeca, como é que um garoto criado por uma mulher — aliás, mais de 90% dos meninos são criados ou pela mãe, ou vó, ou tia, ou madrinha —, depois quando cresce, acabe maltratando sua companheira. Isso passa também, na minha visão, por uma questão cultural, isso está intrinsicamente ligado à formação da pessoa, àquela ideia de que o homem é superior à mulher. Às vezes a mãe, inconscientemente, dá mais poder ao menino que à menina. Por isso que temos de trabalhar em duas linhas de ação. De um lado, precisamos de leis duras. Pois hoje tramita no Senado uma lei de autoria da ex-deputada Rose Modesto, aumentando a pena e acabando com a progressão, a tal da saidinha, para quem comete esses crimes — está no Senado. Conversei com uma jovem senadora de Mato Grosso que quer aumentar ainda mais a pena para quem comete feminicídio.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Um aparte?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Já concedo o aparte a Vossa Excelência, deputada Mara, com alegria... Em primeiro lugar é isso então, precisamos de leis mais severas. Por outro lado, precisamos trabalhar na formação. Não é à toa que o homem mais sábio que pisou nesta Terra, chamado Salomão, dizia que precisamos mostrar à criança o reto caminho para que ela, quando cresça, não venha a se desviar dele. Não é à toa que antes de Salomão, Pitágoras já dizia que é preciso ensinar a criança para não precisar punir o adulto. É por isso que aprovamos, com apoio dos outros 23 deputados, uma lei inserindo na grade curricular do estado noções básicas da Lei Maria da Penha, para que esse garoto cresça com essa conscientização, de que tem de respeitar o seu próximo e, principalmente, a sua namorada, a sua companheira.

E no entanto, deputada Mara, mesmo diante da luta de Vossa Excelência em defesa da mulher sul-mato-grossense, da luta da Mesa Diretora, de todos os colegas, parece que nada disso muda a cabeça de muitos aí que juram amá-la e respeitá-la, diante de Deus, da família, dos padrinhos, dos convidados, e depois abjuram. De fato, ultimamente temos visto reiteradas vezes mulheres sendo assassinadas, neste estado e país afora, independentemente de classe social, independentemente de formação acadêmica: isso passa por todas as camadas sociais. É com alegria, deputada Mara, que ouço Vossa Excelência.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Bem, deputado Rinaldo, Vossa Excelência falou tudo. Nós hoje estamos vendo mulheres sendo vítimas de quem as deveria proteger, cuidar, amar. Infelizmente muitas mulheres estão perdendo a vida pelas mãos de ex-parceiros, de forma violenta, de forma cruel. Eu não vejo outra saída senão o trabalho na educação. Remetendo-me aqui à minha infância, lembro que minha mãe era mulher do lar; meu pai, um agricultor, italiano, machista ao extremo; minha mãe, submissa a tudo. Eram assim porque, primeiro, não tinham escolaridade, tinha cinco filhos; ela se submetia, sim, a cuidar do lar, da casa, dos filhos, talvez não fosse essa a opção dela, mas foi a opção que a vida lhe deu. E meu pai, diga-se de passagem, era um tanto quanto violento. Minha mãe se submetia àquilo, baixava a cabeça. Só que minha mãe não queria o mesmo destino para as filhas. Éramos duas mulheres e três homens em casa, e essas duas mulheres queriam um destino diferente, elas queriam poder decidir o seu destino, ter uma profissão... Cuidar de filhos? Sim. Mas queríamos e sonhávamos muito mais. Minha irmã e eu sonhávamos com um futuro diferente da situação da minha mãe. E muitas mulheres hoje sonham com esse futuro diferente, não querem ter o mesmo destino de muitas outras que estão aí sofrendo dentro deste "lar", sofrendo violência. Outrora a gente até não entendia, Rinaldo, que violência psicológica era *violência*: para ser violência o sujeito tinha de agredir, tinha de bater... E mesmo assim havia mulheres que se submetiam a este tipo de violência. Hoje os tempos mudaram... Mudaram mas infelizmente esse sentimento machista, de patriarcado, de posse, que o homem ainda tem sobre a mulher, ainda não mudou. E eu não tenho dúvida que para sairmos disso nós temos de trabalhar a educação da nova geração, educação que a rigor já está sendo feita. Essa nova geração tem de entender que a mulher tem o direito de seguir seu caminho, de decidir o seu destino. Quando uma mulher se sente infeliz no relacionamento e decide se separar, ela tem esse direito; mas o que muito se vê hoje é o homem não aceitando essa situação. Quando é o companheiro que chega para a mulher e diz "olha, eu não te quero mais", a mulher chora, a mulher talvez entre em depressão, mas ela respeita a decisão desse homem... Mas infelizmente hoje o homem, por ver a mulher como objeto de posse, não aceita essa decisão. Claro que temos de ter, sim, leis mais severas, mais ágeis, mas acima de qualquer coisa temos de trabalhar a educação dessa nova geração, nós temos de educar nossos filhos e filhas a não discriminar, a respeitar os direitos, e isso é um processo. O que fazemos aqui nesta Casa é parte desse processo, debatendo, falando sobre a questão. E quanto mais a gente falar, Rinaldo, da importância do combate à violência contra a mulher, mais perto estaremos de mudar esse conceito dessa sociedade patriarcal, que ainda infelizmente

mata as nossas mulheres. Somo-me a Vossa Excelência no seu clamor: é inadmissível aceitar tanta violência, tantas mulheres perdendo a vida, no nosso país e no nosso estado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Deputada Mara, eu agradeço e insiro na íntegra ao meu pronunciamento o aparte de Vossa Excelência. Realmente o machismo está intrinsicamente ligado à formação, à mentalidade do coronelismo, à imagem daquele homem truculento que manda, que faz e acontece. Mas agora nós vivemos no século XXI, agora precisamos criar a política da paz, do amor ao próximo, a política da tolerância, do respeito. É uma satisfação ver Vossa Excelência subscrevendo a nossa proposta: dar às crianças, já na quinta série, já nos primeiros anos do ensino fundamental, noções básicas da Lei Maria da Penha. Os futuros namorados, os futuros parceiros têm de saber que uma mulher um dia sofreu muito para que hoje pudéssemos estar aqui falando dessas coisas: a Maria da Penha. Essa lei é fundamental, deputado Zeca. A propósito, não podemos esquecer que Mato Grosso do Sul foi pioneiro nesse processo, ao inaugurar aqui em Campo Grande a primeira Casa da Mulher Brasileira. Não foi por acaso que escolheram Mato Grosso do Sul, Zeca...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Um aparte?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Já concedo o aparte a Vossa Excelência... Só no ano passado, trinta mulheres perderam a vida vítimas de feminicídio, na mesma situação: o companheiro não concordou com o rompimento da relação. Este ano, pasmem os colegas, já são onze mulheres que se foram da mesma forma. É com alegria que lhe concedo o aparte, deputado Zeca.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência. Mas pedi o aparte, primeiro, para me somar a Vossa Excelência nas inteligentes colocações que faz. A sensação que eu tenho também, quando vejo uma matéria dessas, e comentava isso com Vossa Excelência agora há pouco, é que retornamos ao tempo da barbárie. Feche os olhos quem nos escuta, quem nos vê. Imagine o que significa prender a pessoa, pior ainda se mulher, num quarto, jogar gasolina e botar fogo! Isso já passou da estupidez, isso já é a barbárie! Eu defendo que a lei não pode ser complacente com isso. Crimes como o feminicídio, crimes contra a criança, têm de ser punidos o mais rigorosamente possível, não há outra alternativa, sob pena de continuarmos frustrados e vendo se repetir esse tipo de comportamento. Ponto. Lisonjeia-me a lembrança de Vossa Excelência, de fato foi durante o nosso governo, Pedro Kemp lembra, que nós criamos no Brasil a primeira delegacia especializada de atendimento à mulher. Em parceria com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com a Defensoria, nós organizamos um movimento, que depois teve uma enorme repercussão no Brasil, que resultou, modestia à parte, na implantação das Casas da Mulher Brasileira, na época da presidenta Dilma, se não me falha a memória. Foi para fazer esses dois registros que lhe pedi o aparte, cumprimentando Vossa Excelência. É muito importante que esta Casa traga para cá esse debate para vermos como que efetivamente, além da lamúria, do sentimentalismo,



podemos contribuir enquanto Poder Legislativo estadual, como por exemplo, na agilização de leis capazes de responder a uma demanda tão brutal como essa.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Eu agradeço, deputado Zeca, e parabenizo Vossa Excelência pela iniciativa de haver criado a primeira delegacia no estado para atender as mulheres vítimas de violência.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Permite um aparte?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Pois não, Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Primeiro, quero me somar a Vossa Excelência, deputado Rinaldo, no seu pronunciamento, como sempre muito acertado. Vossa Excelência é uma das vozes aqui na Assembleia comprometida com essa questão do combate à violência contra a mulher. O fato que Vossa Excelência traz hoje à tribuna nos choca. Mas infelizmente, deputado Rinaldo, ele não é único no estado, não é único no município e o é muito menos no país. Entendo que a violência doméstica, o feminicídio, qualquer forma de agressão à mulher na sua integridade física ou mental deve ser combatida — e sem ideologia. Não importa quem cometa esse tipo de violência contra a mulher, se é de direita, de centro ou de esquerda. Temos de deixar de ser hipócritas, de apenas criticar quando alguém de um outro espectro político comete a violência contra a mulher (aí sobe-se à tribuna e fala-se mal da pessoa). Nós precisamos mostrar que somos contra esse tipo de comportamento, seja quem for o autor dessa barbárie, dessa violência contra a mulher! Então, me somo a Vossa Excelência, mas acho que temos de superar essa hipocrisia. Aqui nesta Casa, homens e mulheres têm de se posicionar contra a violência doméstica, contra o feminicídio, contra qualquer tipo de violência contra o nosso semelhante. Parabéns pelo posicionamento, deputado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Obrigado. Eu já quero finalizar, senhor presidente, porque quero conceder meus últimos dez minutos ao deputado Caravina, que tem um assunto importante a tratar. Mas antes quero, Coronel David, apresentar aquele projeto sobre o qual conversamos. Sei que Vossa Excelência tem um projeto que tramita sobre a questão da reparação por parte desses agressores ao SUS, algo já previsto na Lei Maria da Penha... Mas há uma lei, aprovada ano passado no Distrito Federal, a Lei nº 7.264, de 11 de maio de 2023, que obriga esse agressor a reparar, além daquilo que já preconiza a Lei Maria da Penha, todo o atendimento, desde a gasolina das diligências, o tempo gasto no psicólogo, o custo enfim de toda essa infraestrutura mobilizada para detê-lo. Ou seja, além de penas duras, além da educação dos jovens, é preciso que esse cidadão — se é que podemos chamá-lo assim — sofra no lugar mais sensível, que é o seu bolso. E gostaria, senhor presidente, que o Coronel David, e aqueles que quiserem, assinasse conosco esse projeto que institui mecanismos para coibição da violência contra a mulher, e dá outras providências. Portanto, quero apresentar esse projeto de lei, que é mais um instrumento para que venhamos realmente a frear esse tipo de comportamento bárbaro, que infelizmente tem se tornado frequente

em nossos municípios, em Mato Grosso do Sul e no Brasil. É o que tinha, senhor presidente. Concedo meus dez minutos finais a Sua Excelência o delegado, ex-secretário de Governo e deputado Pedro Arlei Caravina. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a gentileza de costume desta Casa, com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, quero apenas agradecer a presença, no Plenário da Casa, dos amigos lá de Sidrolândia. Está aí o Rodrigo Basso, o Clédio, o Jacó, do Hospital Municipal; estão acompanhando o nosso pré-candidato a vereador Will. A todos minhas boas-vindas.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Sejam bem-vindos: Sidrolândia sempre bem-vinda à casa da democracia. Obrigado pela presença... Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Mais uma vez bom dia a todos. Agradeço ao deputado Rinaldo a gentileza de me ceder parte do seu tempo. Antes de entrar no meu tema, quero lembrar que hoje é o Dia do Prefeito, senhor presidente. A 11 de abril de 1835, uma lei da Assembleia Provincial Paulista instituiu o primeiro cargo de prefeito (há outra data também, o 6 de outubro). Então, os que já foram prefeitos aqui, como o deputado Hashioka, estão de parabéns... Mas eu venho à tribuna para falar sobre a Polícia Civil, aproveitando a presença aqui do meu amigo Alexandre Barbosa, presidente do Sinpol, do Bianco, da diretoria do sindicato e demais policiais civis. A Polícia Civil é notícia geralmente quando acontece algo negativo: aí se lembram da polícia, a polícia como um todo. Mas hoje quero falar da importância da Polícia Civil e do momento que ela vive em Mato Grosso do Sul, dos avanços que ocorreram, do trabalho desses homens e mulheres em prol da segurança do estado. A Polícia Civil é responsável pelas atividades da Polícia Judiciária, pela apuração das infrações penais: é responsável pela investigação. A Polícia Civil é responsável pela elucidação dos crimes, sejam patrimoniais ou contra a vida. Há pouco se falava de feminicídio, pois é a Polícia Civil também que é responsável pelo esclarecimento desses crimes. Compõem a Polícia Civil os delegados de polícia, os escrivães, os investigadores, a perícia (IML, IC, papiloscopistas). Segundo levantamentos, hoje mais de um milhão de pessoas são atendidas pela Polícia Civil durante o ano: atendimento de ocorrências policiais, orientações, registros, extravios, confecção de carteiras de identidade, exames de corpo de delito, etc. Sem dúvida a Polícia Civil exerce um trabalho fundamental de Estado. Hoje a Polícia Civil está instalada em 77 municípios no estado, são 2.761 policiais na ativa, fora os inativos, os já aposentados, que já prestaram serviço. Recentemente houve a nomeação de 168 novos policiais civis, entre delegados, investigadores e escrivães; 14 reformas e construções de delegacias; e já existe uma

solicitação de concurso para mais 300 escrivães e 400 investigadores de Polícia Judiciária, pedido já em andamento no Estado. O efetivo hoje tem a satisfação de portar pistolas Glock, a estrutura da polícia melhorou muito, eu posso dizer isso como delegado de polícia que fui (atuei nos anos 2000). Eu sei da dificuldade de estrutura que havia algum tempo atrás, principalmente no interior (número de viaturas, quantidade de equipamento, de armas), mas hoje a realidade é totalmente diferente. Para se ter uma ideia, aqui vão alguns números de 2023 da competente Polícia Civil de Mato Grosso do Sul: é a segunda do país em elucidação de homicídios, segundo pesquisa da ONG Sou da Paz; possui um índice de esclarecimento de latrocínio superior a 80%, aproximando-se de 90%, crime que está em queda no estado; atendeu mais de um milhão de pessoas; realizou 155 operações; teve instalado o plantão da Delegacia de Proteção à criança e ao Adolescente (DPCA) no Centro de Policiamento Especializado (Cepol) em Campo Grande; foi criado o Núcleo Institucional de Cidadania, para atender as populações vulneráveis; mais de 90% do efetivo passou pela Academia de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul (Acadepol) para fazer cursos de formação e aperfeiçoamento; foram concluídos cinco processos promocionais de onde saíram promovidos 2.434 policiais, resultado de um esforço conjunto do Conselho Superior da Polícia Civil e do Governo do Estado; foram instalados (só no ano de 2023!) doze Salas Lilases (o estado é referência nacional), salas especializadas criadas para funcionar onde não há uma Delegacia de Atendimento à Mulher — lembrando que as DAMs só existem nas sedes regionais. Foram doze só em 2023! salas que, como se sabe, são equipadas para colher o depoimento especial de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, que ali são atendidos por profissionais capacitados, impedindo-se com isso a revitimização dessas pessoas. Então, senhores, estamos aí diante de um avanço importante do governo Eduardo Riedel, com esse belo trabalho da Polícia Civil, sem falar que já estão previstas para 2024 novas instalações e novas delegacias de polícia por todo o interior.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concede um aparte, deputado Caravina?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim, com certeza.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Deputado, eu, como servidor público de carreira (Vossa Excelência, delegado de polícia, representando aqui a Polícia Civil, temos também o Coronel David, das forças de segurança), gostaria de enfatizar a importância do seu pronunciamento, cumprimentando os policiais civis presentes. De fato, as notícias negativas normalmente têm um destaque muito maior do que as positivas, como o relato que faz Vossa Excelência. Com certeza as forças de segurança, com o seu destaque aqui para a Polícia Civil, têm feito realmente um grande trabalho, referência em todo o país. Então, Mato Grosso do Sul não é referência só em termos de crescimento econômico: o é também em segurança. Como servidor público, sinto-me honrado de estar aqui, é muito bom, é necessário que as notícias positivas também sejam mostradas, como faz Vossa Excelência neste momento; infelizmente uma pequena falha que acontece tem uma repercussão muito maior do que a elucidação de uma série de crimes. Muito oportuna, portanto, essa homenagem aos servidores da

segurança pública do Mato Grosso do Sul que presta Vossa Excelência, como grande delegado de polícia, que honra a sua corporação. Muito obrigado.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado pelo aparte e pela deferência, deputado Paulo Duarte. Já me encaminhado para o encerramento, quero cumprimentar o nosso delegado de polícia, doutor Márcio Custódio, que tem trabalhado nessa importante trajetória da Polícia Civil, que pertence à diretoria da corporação. Quero também destacar, deputado Paulo Duarte...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Concede um aparte?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Permite um aparte?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Permito, deputado.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Primeiro o coronel.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputado Neno. Agradecendo a concessão do aparte, tenho a dizer que Vossa Excelência foi muito feliz na sua explanação, deputado Caravina, ao mostrar a importância do trabalho da Polícia Civil, a qual reputo uma das melhores do Brasil. Nós fomos e temos sido muito pacientes... Há pouco dizia para o Barbosa que nós aguardamos pacientemente que o governo negociasse com os professores, desse à categoria o valor que ela merece. Mas agora, deputado Caravina, é tempo de olhar para a segurança pública, de olhar para os policiais militares, policiais civis, policiais penais, servidores das medidas socioeducativas, para a perícia, porque todos nós formamos o conjunto da segurança pública, que todos os dias garante segurança e proteção ao povo do Mato Grosso do Sul. Então, me somo a Vossa Excelência no seu pronunciamento e na sua luta por uma segurança pública valorizada. Porque eu tenho certeza: quanto se valoriza a segurança pública, aumenta-se a autoestima dos seus agentes, fortalecem-se a força e a determinação dos policiais em proteger o povo do Mato Grosso do Sul.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado, pelo aparte, deputado Coronel David. E bem lembrado: precisamos olhar mais para esses profissionais que arriscam a vida em prol da segurança da sociedade. Com certeza terão meu apoio as ações que vierem em favor do fortalecimento desses profissionais. Concedo o aparte ao deputado Neno.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Obrigado, deputado Caravina. Parabéns pela fala, pela luta, quero me somar nessa luta. Quero também salientar a efetividade do trabalho da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul; e destacar Dourados, cuja Polícia Civil, segundo os números, é uma das mais eficientes do país em solução de crimes de homicídio. O SIG [Setor de Investigações Gerais] vinha investigando uma quadrilha que roubava camionetes no município, e nesta madrugada, numa troca de tiros, a equipe do delegado Cubas matou um dos ladrões que estavam fazendo esses roubos em Dourados. Queria dar então os meus parabéns à Polícia Civil de Dourados,

à equipe do delegado Cubas; e me somar a Vossa Excelência nessa luta, deputado Caravina: a Polícia Civil de Mato Grosso do Sul tem mesmo de ser valorizada. Obrigado.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputado. Concedo um aparte ao deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Agradeço, deputado Caravina. Eu gostaria de aproveitar esse debate para fazer uma colocação que reputo da mais alta importância. Eu concordo com Vossa Excelência, com o Coronel David, com o Neno Razuk em que a polícia faz o seu trabalho ao tirar das ruas aqueles que agridem, atormentam, causam violência na sociedade. Penso que a polícia de Mato Grosso do Sul tem feito, de fato, um trabalho de excelência nesse sentido, elucidando vários casos de violência, de assassinatos, roubos, etc. Concordo com tudo isso, mas não poderia deixar de fazer um registro, do mau exemplo que está dando o Congresso Nacional. Ontem tivemos uma votação no Congresso Nacional para manter ou não a prisão do deputado Chiquinho Brasão, do Rio de Janeiro — um bandido! Um bandido ligado às milícias no Rio de Janeiro e que foi um dos mandantes do assassinato de uma mulher negra, vereadora eleita pelo Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinato de repercussão mundial: um feminicídio! E pasmem: 129 deputados federais votaram para soltar esse bandido, para relaxar a prisão desse bandido. Infelizmente o nosso Congresso Nacional não tem dado exemplo para a sociedade. Porque se dizia tanto, deputado, que bandido bom é bandido morto, que há que prender, há que pagar pelos crimes, mas aí, quando é um aliado, alguém próximo ideologicamente, vota-se contra a prisão de uma pessoa acusada de ser mandante de uma assassinato brutal como aquele. E eu tenho de registrar aqui, infelizmente: dos deputados federais de Mato Grosso do Sul, três votaram pela soltura do Chiquinho Brasão: deputado Polon, deputado Rodolfo e deputado Doutor Ovando. Eu acho que são maus exemplos para a sociedade. Fazem um discurso de um lado, contra o crime, contra os bandidos, etc., mas depois votam a favor de um bandido — que deve pagar pelo crime que cometeu. Nós temos, é verdade, muitos bons policiais que estão comprometidos com o cumprimento da lei, com a manutenção da ordem... Agora, um delegado do Rio de Janeiro, infelizmente, é um dos três acusados como mandantes desse crime. A sociedade tem de reprovar esse comportamento, principalmente de quem é eleito pela população para estar lá no Congresso Nacional defendendo os interesses da sociedade. Agradeço pela concessão do aparte, mas queria fazer esse registro: é de lamentar o comportamento desses três deputados federais aqui do Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Obrigado pela contribuição, deputado.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Permito, deputada... Depois vou encerrar, presidente, que sei que o tempo estourou.



**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Queria parabenizar também a nossa Polícia Civil, e quero fazê-lo em nome das delegacias da mulher, que têm sido um instrumento de atendimento das mulheres, o que com certeza impede muitas vezes que esse crime continue acontecendo. Hoje se sabe, deputado Caravina, que 80% das mulheres vítimas de feminicídio não tinham em seu favor medidas protetivas, ou seja, elas não denunciaram, elas não procuraram ajuda. Mas eu quero me somar nesse clamor e nesse reconhecimento da Polícia Civil, da Polícia Militar, das forças de segurança pública do estado; precisamos valorizar ainda mais esses profissionais dão essa tranquilidade, essa segurança ao cidadão sul-mato-grossense.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado, deputada, pela contribuição. Para finalizar, quero parabenizar mais uma vez a Polícia Civil, na pessoa do doutor Gurgel, nosso delegado-geral da Polícia Civil, profissional que está à frente de todo esse trabalho...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Concede um aparte deputado?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Concedo.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu ouvi atentamente todas as posições e gostaria também de me somar nesse elogio ao nosso delegado-geral da Polícia Civil, doutor Gurgel, pessoa competente, educada e que efetivamente deu um peso ainda maior ao trabalho já grandioso da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. Quero me somar a Vossa Excelência.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado, deputado Paulo Corrêa. Lembrando que o doutor Gurgel, e encerro, nos orgulha como o atual presidente do Conselho dos Chefes de Polícia do Brasil. Então, Mato Grosso do Sul está hoje na presidência do CONPC. Graças então a esse trabalho eficiente, Mato Grosso do Sul, que já é referência em governo, em crescimento, é reconhecido também pelo trabalho da Polícia Civil, cujo diretor ocupa também a presidência do conselho nacional dos chefes de polícia. Então, quero aqui, aproveitando sua presença, pedir ao Márcio Custódio, que faz parte da Diretoria-Geral da Polícia Civil, que leve os nossos cumprimentos ao doutor Gurgel e a toda a sua equipe por esse belo trabalho da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. Obrigado, presidente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Só uma coisinha, antes de Vossa Excelência deixar a tribuna...

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Pois não.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Eu gostaria de deixar claro ao deputado Pedro Kemp, e a todos aqui da Assembleia, que tanto eu quanto Vossa Excelência somos policiais de carreira.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — E como tal, aprendemos ao longo do tempo que para proteger a sociedade nós temos de prender bandido. Então: bandido tem de ficar preso. Quero deixar bem claro aqui o meu posicionamento com relação a isso.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — É isso, nós temos bons e maus elementos, Coronel David, em todas as profissões, e na polícia não é diferente. Eu acho que aquele que está fazendo o papel invertido, em qualquer corporação policial, militar ou civil, ou em qualquer outra profissão, tem de ser punido, banido. E concordo também: a polícia prende, a justiça julga e a pena tem de ser cumprida. Sou a favor de que bandido bom é bandido preso mesmo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Permite, deputado?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Permito.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Só para registrar que eu não esperaria outro comportamento do deputado Coronel David, que se posicionou agora, que é do PL progressista. No PL há pessoas boas também, viu? deputado. Parabéns.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Achei que o deputado estava com uma bola de cristal... Quando ele falou *progressista* eu entendi "Coronel David do Progressistas".

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Presidente, por hoje é só. Obrigado pela oportunidade de enaltecer esse grande trabalho da Polícia Civil. Obrigado a todos.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos a presença do delegado Márcio Custódio, delegado da Polícia Civil aqui de Campo Grande. Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Muito bom dia, presidente Gerson Claro. Eu sei que já passou o Pequeno Expediente, mas eu querida, antes da Ordem do Dia, dizer o seguinte. Eu apresentei nesta Casa três requerimentos de moção de pesar, os quais faço questão de citar aqui. Uma moção de pesar é aos familiares do pastor José Barbosa dos Santos, pelo seu falecimento, ocorrido a 9 de abril do corrente ano, no município de Campo Grande. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado estadual Lidio Lopes, solidariza-se com as filhas, com a senhora Adalcina Nilve e demais familiares, pela irreparável perda do pastor José Barbosa dos Santos, falecido, aos 94 anos, no último dia 9. Conhecido e respeitado por sua conduta e dedicação à família, ficou conhecido também por haver por longos anos transmitido a Palavra de Deus, deixando um legado de ensinamentos aos fiéis. José Barbosa dos Santos por muitos anos foi pastor presidente da Assembleia de Deus Missões (central) em Campo Grande, posto que, em 1996, passou ao pastor Antonio Dionisio da Silva. O pastor Barbosa era também advogado, pessoa honrada, de conduta ilibada, que certamente deixará saudades para os familiares e amigos. Fiz também uma moção

direcionada aos familiares da senhora Lurdelina Tagliaferro da Silva, falecida a 9 de abril do corrente; deixa quatro filhos, um dos quais grande amigo meu, o Eli Tagliaferro da Silva. Por último, senhor presidente, registro a moção de pesar endereçada aos familiares da senhora Antônia Maria Benites, pelo seu falecimento ocorrido a 8 de abril, aos 83 anos. Então, é com tristeza que registramos essas grandes perdas que tivemos esta semana. Era o que tinha, presidente. Pela ordem... Só para registrar a presença dos vereadores Vinícius, Adriano e Paulinho, do município de Japorã.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Já citados aqui, deputado. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e um deputados presentes. Há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 265/2023. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Terapêutica Amor de Deus Maanaim, com sede no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 265/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 05/2024. Autor: deputado Gerson Claro. "Concede o Título de Cidadão Sul-mato-grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** Eu gostaria de sugerir a Vossa Excelência que votássemos em bloco os quatro títulos de cidadão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o Plenário sobre a sugestão do deputado Pedro Kemp, acolhida por esta presidência, de votarmos os Itens de 2 a 5 em bloco. Não havendo oposição, vamos para a votação em bloco. São portanto os Itens 2, 3, 4 e 5. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu pareceres favoráveis, por unanimidade, a todos, tendo como relator o deputado Caravina. Só para esclarecer, as autoridades nacionais objeto dos presentes títulos, devemos recebê-las agora no mês de maio aqui no Mato Grosso do Sul. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Enquanto aguardamos a formatação do processo de votação, indago a Vossa Excelência, na condição de presidente, se porventura esta Casa já recebeu alguma coisa acerca do Programa Pantanal. É bom registrar que o Programa Pantanal foi iniciado durante o nosso governo, que me levou, lá em 2000, a Washington, na sede do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que resultou num programa de 200 milhões de dólares, equivalente hoje a aproximadamente um bilhão de reais, para Mato Grosso do Sul, sem falar noutro tanto que foi para o Mato Grosso "do Norte". Ocorre que, embora aprovado, esse programa está no Ministério da Agricultura e Pecuária, o Mapa, e até agora não houve nenhum debate nesta Casa. São investimentos substanciais, muitos dos quais, Pedro Kemp, segundo informação, são para atender as comunidades tradicionais do Pantanal (quilombolas, índios Guató, os famosos índios canoeiros do Pantanal, ribeirinhos) — e nós não sabemos absolutamente nada disso. Há inclusive recursos no programa para recuperação de mata ciliar, para recuperação de navegabilidade do rio Taquari, hoje absolutamente assoreado em função da ganância dos grandes fazendeiros, principalmente na região das nascentes do Taquari e do Coxim. Feitas tais ponderações, presidente, é preciso que esta Casa solicite do governo a remessa disso aí, Pedro Kemp, para que possamos minimamente discutir. Pena que não está aqui o nosso presidente da Comissão de Meio Ambiente, da qual faço parte, o deputado Renato Câmara, para que ou a Casa, particularmente, ou a comissão se aproprie desse debate e ouça, não só os fazendeiros, não só a Famasul (que vejo em tudo). Não sou contra a Famasul participar, mas por que não participam o movimento da luta pela terra, o Campo Unitário, da agricultura familiar? Por que estes também não podem discutir o programa? Feita essa ponderação, rogo a Vossa Excelência que solicite do governo cópia do programa para a gente discutir. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Feito o registro. Esta Casa tomará, via Comissão de Meio Ambiente, as devidas providências. Ainda em votação.

Projetos de Resolução nºs 05, 06, 07 e 08/2024, de autoria do deputado Gerson Claro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.



**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezesseis votos favoráveis e um voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovados os projetos de resolução que concedem o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense aos senhores José Edivaldo Rocha Rotondano, conselheiro do CNJ; André Luiz de Almeida Mendonça, ministro do STF; Frederico Mendes Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB); e Luís Roberto Barroso, ministro do STF. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 048/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia do Atleta." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 048/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica: 04 requerimentos, 22 indicações e 01 moção de congratulação....

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor Presidente...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Só queria fazer um registro quanto ao Item 2. Eu não tenho nada contra o pronunciamento do senhor Ricardo aqui, mas está constando o uso da tribuna no Grande Expediente, e o nosso Regimento Interno proíbe manifestação externa no Grande Expediente. Não seria nas Explicações Pessoais?... Acho que precisa refazer esse pedido.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos fazer a correção aqui, mas a manifestação externa é antes das Explicações Pessoais.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — OK. Quanto ao Item 4, eu gostaria de pedir vista (pena a deputada Gleice não estar presente), que tem a ver com o livro *O avesso da pele*.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4, pois, com vista para Vossa Excelência.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com exceção do Item 4, em discussão os demais requerimentos e indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moção de pesar. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Marco Antônio de Oliveira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia... Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Na próxima terça-feira, semana que vem, vai acontecer em Dourados, no Parque de Exposições, uma grande feira, a Feira da Agricultura Familiar. Na condição de presidente da comissão permanente desta Casa vinculada à agricultura familiar, lá estarei. Justifico desde já, portanto, a minha ausência na sessão da próxima terça-feira. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vai representar a Casa inclusive, deputado. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, esta presidência vai encerrar a Sessão, lembrando que as comissões de mérito mantêm seu funcionamento para votarmos os projetos semana que vem. Está encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h17min).